

PG-011 – Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar



FUNDAÇÃO
renova

Definição do Programa

Maio/2020

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA

Data	Id	Resumo da mudança
Nov/ 2017	00	Emissão Inicial
Dez/ 2019	01	Revisão realizada em função da Nota Técnica nº 15 de 6 de novembro de 2018 e Deliberação nº 238 de 30 de novembro de 2018 da Câmara Técnica de Educação, Cultura, Turismo e Lazer – CT – ECLET. Ajuste de escopo teórico conceitual que orienta o programa.
Jan/ 2020	02	Revisão do escopo do programa em atendimento à cláusula 203 do TTAC (revisão a cada 3 anos), considerando as alterações provenientes da oficina de revisão dos programas.

SUMÁRIO

CONTROLE DE MUDANÇAS DO PROGRAMA.....	2
1. Sumário executivo.....	5
2. Objetivos, requisitos, premissas e restrições	7
2.1 Objetivo Geral	7
2.2 Objetivos Específicos	8
2.3 Requisitos	8
2.4 Premissas	8
2.5 Restrições.....	9
3. Metodologia utilizada	9
4. Declaração do Programa (Fundamentação teórico-metodológica e Histórico do Programa)	10
4.1 Ajuste de Escopo	10
4.2 Fundamentação teórico-metodológica.....	10
4.2.1 Sobre a reintegração da comunidade escolar e processos de ensino /aprendizagem	12
4.2.2 Processo: Interface para a Reintegração Escolar	17
4.2.3 Sobre o Apoio Psicopedagógico	18
4.2.4 Processo: Interfaces para o Apoio Psicopedagógico	26
4.3 Histórico do Programa	27
4.3.1 Estrutura Escolar e Reintegração.....	27
4.3.1.1 Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)	28
4.3.1.2 Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna).....	29
4.3.2 Apoio Psicopedagógico.....	30
4.3.2.1 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana.....	31
4.3.2.2 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa.....	32
4.3.2.3 Proposta de redefinição do apoio psicopedagógico	32
4.3.3 Apoio Pedagógico e Socialização	35
4.3.3.1 Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana	36
4.3.3.2 Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa	37
4.3.3.3 Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados	37
4.3.4 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções.....	38
4.3.5 Histórico de engajamento dos <i>stakeholders</i>	39
4.3.6 Solução construída	40
5. Interfaces.....	41
6. Escopo	42
6.1 Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)....	42
6.2 Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna).....	43
6.3 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana	44



6.4 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa	45
6.5 Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana	46
6.6 Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa	46
6.7 Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados	47
6.8 Cronograma dos Projetos.....	48
6.9 Papéis e Responsabilidades	49
7. Indicadores e Metas	49
8. Orçamento.....	54
8.1 Custo do Programa (R\$ milhão)	54
9. Critérios de Encerramento	55
10. Referências Bibliográficas	56
11. Anexos	57

1. Sumário executivo

Este documento tem como finalidade formalizar a revisão da Definição do Programa Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar de acordo com Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC – Cláusulas 89 a 94) em função da Cláusula 203 do TTAC.

Nos dias 15 e 16 de Janeiro de 2020 realizou-se a Oficina de Revisão do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar com representantes da Câmara Técnica de Educação, Cultura e Turismo (CT-ECLT) no intuito de estabelecer os ajustes necessários nos **objetivos, escopo, indicadores e critérios de encerramento** do programa para garantir um melhor atendimento às cláusulas previstas no TTAC e às Deliberações nº176, de 29 de Junho de 2018, e nº 238, de 30 de novembro de 2018.

O objetivo geral deste programa é reparar os danos causados às comunidades escolares atingidas de Fundão até Candonga, nas dimensões impactadas, por meio da reconstrução das condições materiais, estruturais, pedagógicas, institucionais, psicopedagógicas e sócio comunitárias, observadas as características anteriores ao rompimento da barragem para que o poder público possa garantir a manutenção do direito à educação, de acordo com as determinações do TTAC (cláusulas 89 a 94).

Para atendimento a este objetivo foram definidos projetos e processos que devem ser implementados durante a execução do programa, conforme tabela abaixo. O custo total estimado do programa é de R\$ 32,2 Milhões.

Projetos / Processos	Objetivo
ESTRUTURA ESCOLAR E REINTEGRAÇÃO	
Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)	Garantir o funcionamento das estruturas temporárias, proporcionando a integração da comunidade escolar.
Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)	Garantir o funcionamento das estruturas temporárias, proporcionando a integração da comunidade escolar.

APOIO PSICOPEDAGÓGICO	
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana	Proporcionar apoio psicopedagógico à comunidade escolar impactada diretamente pelo evento.
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa	Proporcionar apoio psicopedagógico à comunidade escolar impactada diretamente pelo evento.
APOIO PEDAGÓGICO E SOCIALIZAÇÃO	
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana	Assistência pedagógica às escolas públicas de Mariana.
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa	Assistência pedagógica às escolas públicas de Barra Longa.
Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados	Proporcionar a diversificação das metodologias de ensino-aprendizagem, apoiar atividades de socialização, lazer e período de férias e apoiar atividades de iniciação à formação técnica na área da arte e cultura.

Tabela 1: Relação de projetos e processos do programa

Projetos	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)	●	—	—	—	—	●			
Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)	●	—	—	—	—	●			
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana				●	—	—	—	—	●
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa				●	—	—	—	—	●
Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana				●	—	—	—	—	●
Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa				●	—	—	—	—	●
Arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados				●	—	—	—	—	●

Tabela 2: Cronograma

Para avaliar os resultados do programa e assegurar que os objetivos sejam alcançados, foram definidos os indicadores listados na tabela abaixo.

Indicador	UNIDADE	Medição	Meta
I1 – Atendimento às solicitações/demandas das escolas temporárias	%	Semestral	80%
I2 – Cumprimento das normas de infraestrutura escolar para as escolas temporárias	%	Semestral	70%
I3 – Disponibilidade de vagas para transporte de alunos	%	Anual	100%
I4 – Cumprimento das atividades de convivência	%	Anual	100%
I5 – Percentual de implantação do Apoio Pedagógico	%	Anual	90%
I6 – Percentual de implantação do Apoio Psicopedagógico	%	Anual	100%

Tabela 3: Indicadores do programa

A deliberação nº 176, de 29 de junho de 2018 aprova o documento de definição do PG011 no qual o Programa será encerrado três anos após a entrega das escolas definitivas nos reassentamentos das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, considerando três anos letivos completos, de acordo com as definições do TTAC e o cumprimento dos indicadores (I2, I3, I4, I5 e I6).

2. Objetivos, requisitos, premissas e restrições

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste programa é reparar os danos causados às comunidades escolares atingidas de Fundão até Candonga, nas dimensões impactadas, por meio da reconstrução das condições materiais, estruturais, pedagógicas, institucionais, psicopedagógicas e sócio comunitárias, observadas as características anteriores ao rompimento da barragem para que o poder público possa garantir a manutenção do direito à educação, de acordo com as determinações do TTAC (cláusulas 89 a 94).



2.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos deste programa são:

- Garantir a estrutura física necessária para o adequado funcionamento das escolas temporárias até o reassentamento, providenciando ainda condições de acessibilidade dos alunos;
- Proporcionar apoio psicopedagógico nas escolas impactadas até 3 anos após o reassentamento de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo;
- Proporcionar apoio pedagógico às escolas públicas de Mariana e Barra Longa;
- Apoiar as atividades de socialização, esporte, lazer, contraturnos e períodos de férias das escolas impactadas com o objetivo de proporcionar a reintegração da comunidade escolar;
- Executar plano de transição para os reassentamentos das comunidades escolares impactadas;
- Estabelecer interfaces com outros programas da Fundação Renova e políticas públicas dos municípios de Mariana e Barra Longa com o objetivo de reforçar os vínculos comunitários e familiares, reforçar o papel das escolas como espaços educativos comunitários e articular com os serviços públicos o atendimento psicossocial e de proteção social necessários para promoção da qualidade de vida.

2.3 Requisitos

As ações desse programa deverão estar alinhadas às políticas públicas e aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação - MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, além de diretrizes estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação de Mariana e de Barra Longa.

Para proporcionar a reintegração da comunidade escolar o apoio pedagógico será desenvolvido com todas as escolas da rede pública de ensino dos municípios de Mariana e Barra Longa, uma vez que a educação pública funciona como um sistema integrado.

2.4 Premissas

Participação das comunidades escolares impactadas nos processos coletivos de definição dos projetos das novas escolas nos respectivos reassentamentos.

2.5 Restrições

Os prazos deste PROGRAMA deverão ser compatíveis com o cronograma do Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e do Programa de Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga.

Ressalta-se que as ações da Fundação Renova não substituem as responsabilidades do Poder Público. Além disso, frise-se que os trabalhos de reconstrução devem observar as condições anteriores ao rompimento da barragem de Fundão (cf. cl. 89 do TTAC).

3. Metodologia utilizada

A figura abaixo demonstra a abordagem metodológica utilizada no desenvolvimento dos programas que estão sob responsabilidade da Fundação Renova.



Figura 1- Ciclo de vida do programa

A etapa de Definição do Programa é fundamental para garantir que todas as questões relevantes necessárias para a definição do escopo e dos resultados esperados estejam claramente explicitadas entre a Fundação e as partes interessadas, representadas para este fim pelo CIF e Câmaras Técnicas. A formalização e registro destas definições servirão como base para que os programas sejam dados por encerrado após o término de sua execução.

4. Declaração do Programa (Fundamentação teórico-metodológica e Histórico do Programa)

4.1 Ajuste de Escopo

Entende-se como fundamental que os projetos do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar contemplem as seguintes questões:

- O adequado funcionamento da rotina escolar segundo as diretrizes das respectivas secretarias municipais de educação de Mariana e Barra Longa e legislação educacional nacional vigente;
- Melhoria, diversificação e aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem;
- Garantia da boa qualidade das relações no interior das escolas contribuindo para a melhoria do clima escolar;
- Trabalho com projetos de vida e de futuro das alunas e alunos das comunidades escolares impactadas;
- Formação inicial nas áreas de produção cultural, produção musical e audiovisual;
- Redução dos danos provocados pelo deslocamento das comunidades escolares impactadas;
- Contribuição para o processo de transição das comunidades escolares das estruturas temporárias para as estruturas definitivas nos reassentamentos.

Este programa não contempla:

- A concepção do projeto e a reconstrução das escolas afetadas nos distritos de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, este escopo faz parte do Programa de Reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira;
- A reconstrução das escolas impactadas em Barra Longa. Essa reconstrução faz parte do escopo do Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga.

4.2 Fundamentação teórico-metodológica



O objetivo geral do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar aponta para a reparação ao poder público da garantia do direito à educação nas dimensões afetadas pelo rompimento da barragem de fundão e expresso na normativa disposta no TTAC em suas cláusulas 89 a 94.

Tal normativa encontra correspondência jurídica e técnica na legislação que trata da educação nacional. Do ponto de vista jurídico, dentro do rol dos direitos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, este direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Estado que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus fins.

Nesse sentido, iluminado pelo valor da igualdade entre as pessoas, o direito à educação foi consagrado pela primeira vez em nossa Constituição Federal de 1988 como um direito social (artigo 6º da CF/88). Com isso, o Estado passou formalmente a ter a obrigação de garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. É importante ressaltar, porém, que o Poder Público não é o único responsável pela garantia desse direito. Conforme previsto no artigo 205 da Constituição Federal, a educação também é dever da família e à sociedade cabe promover, incentivar e colaborar para a realização desse direito. Especificamente em relação às crianças e aos adolescentes, tanto a Constituição Federal (artigo 227, CF/88) como o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4º da Lei 8.069/90) preveem que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos fundamentais desses sujeitos, e aí se inclui a educação, com absoluta prioridade.

E ainda, foram desenvolvidos nas últimas três décadas diversos instrumentos políticos e legislativos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e técnicos, como o Custo Aluno Qualidade - Inicial (CAQi) e Custo Aluno Qualidade (CAQ). Os instrumentos políticos e técnicos acima mencionados, não sendo os únicos existentes, formam o conjunto normativo técnico que subsidia o Direito à Educação e sustentam a propositiva



teórico-metodológica que delinea o PG011. Ou seja, a construção de novas edificações escolares nos reassentamentos coletivos, a garantia de estruturas temporárias e condições de acessibilidade às mesmas enquanto as novas estruturas não estiverem prontas, o apoio pedagógico e psicopedagógico, a formação docente e ações de reintegração das comunidades escolares afetadas, compõe o rol de ações que objetivam reparar o Direito à Educação e as trajetórias escolares interrompidas e/ou alteradas em função do rompimento da Barragem de Fundão.

O PG011 objetiva reparar o direito à educação a partir dos elementos acima expostos, como também, a reintegração das comunidades escolares afetadas. O conceito de comunidade escolar refere-se aos segmentos que participam, de alguma maneira, do processo educativo desenvolvido em uma escola. Na maioria dos casos em que a expressão é mencionada, agrupa professores, funcionários, pais e alunos. No entanto, pode ser observada alguma variação no que diz respeito aos segmentos que compõem a comunidade de uma instituição de ensino entre diferentes documentos de políticas e programas educacionais ou textos legais a eles relativos. Há casos em que associações de bairro, sindicatos, entidades comunitárias de uma forma geral são incorporadas, desde que atuantes no bairro em que a escola esteja situada. Essa poderia ser considerada uma visão mais ampliada do conceito (TEIXEIRA, 2000).

É importante ressaltar que o conceito de comunidade escolar não deve ser restrito à uma possível identidade comum entre seus participantes como também abranger dimensões das diferenças e diversidade dos indivíduos, ou seja, deve carregar a noção do exercício da democracia nas escolas. A noção de comunidade está mais relacionada a uma dada forma de relação entre as pessoas do que propriamente aos grupos que a compõem. O mais importante é o compartilhamento de um projeto educativo eleito por todos que dele desejam participar. Nesse sentido, objetiva-se através das ações e projetos do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar o apoio para a construção de projetos educativos democráticos, inclusivos que fortaleçam os vínculos sociais e comunitários das comunidades afetadas.

4.2.1 Sobre a reintegração da comunidade escolar e processos de ensino



/aprendizagem

A reintegração das comunidades escolares afetadas, Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo em Mariana e Gesteira em Barra Longa, é ação integrante do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar prevista no TTAC nas seguintes cláusulas:

Cláusula 89 – A FUNDAÇÃO deverá providenciar a reconstrução, observada a SITUAÇÃO ANTERIOR e conforme padrão e parâmetros da política pública, aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais necessários às escolas impactadas de Fundão até Candonga, providenciando os meios para reintegração de seus respectivos alunos e profissionais envolvidos às rotinas escolares.

Cláusula 91 – Enquanto não estiverem disponibilizadas as estruturas definitivas, deverá a FUNDAÇÃO providenciar a oferta de condições de acessibilidade nos dos alunos às escolas temporárias.

A manutenção de estruturas escolares temporárias para profissionais e alunos é de fundamental importância na medida em que garante um espaço de convivência, sociabilidade, encontro, bem como, minimiza as dificuldades de adaptação em novo território dos sujeitos das comunidades afetadas que sofreram os impactos do rompimento da barragem de Fundão.

Para o cumprimento do objetivo do programa, garantia do direito à educação, e disposto na cláusula acima mencionada, ou seja, a disponibilização de estruturas temporárias e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades escolares e oferta de transporte para a acessibilidade a essas mesmas estruturas, entende-se que o projeto de reintegração escolar das comunidades afetadas deve ser abrangente e abarcar as especificidades das condições de vida dos sujeitos afetados, com objetivo de produzir ações que caminhem na direção de uma práxis reparatória integral.

Nesse sentido, o conceito de reintegração escolar deve promover a escola como locus catalisador dos processos de fortalecimento de vínculos sociais e de sociabilidade comunitária nos territórios, temporários ou definitivos, onde vivem os indivíduos e coletividades afetadas.



Assim, a escola tem de se abrir para as necessidades e exigências específicas dos contextos das comunidades adquirindo novas expressões, ampliando seu papel social, e abarcando novas possibilidades de atuação. Assumir um papel social que transborde a dinâmica escolar mais restrita de ater-se apenas a currículo, didática, avaliação ou processo de ensino e de aprendizagem, convida a instituição escolar a abarcar o seu entorno e as vivências socioculturais dos sujeitos que ali vivem, moram e se relacionam entre si com o mundo. Em um contexto onde os projetos de vida dos sujeitos afetados são atravessados por uma condição de vida transitória, de transição para os reassentamentos e de recebimento de indenizações a escola é convidada a ser um espaço educativo e formativo comunitário que promova processos de fortalecimento da sensação de pertencimento, das identidades coletivas, e de convivência e compartilhamento de saberes e experiências entre gerações distintas nos territórios.

Assim, o processo de reintegração escolar que orienta as ações do Programa deve objetivar garantir a escola como um dos equipamentos públicos que promova práticas comunitárias de “gestão democrática do território” dos futuros reassentamentos coletivos. A gestão do território se faz em meio a uma complexa rede de relações que envolvem diferentes interesses e estratégias. Promover, portanto, o encontro entre diferentes modos de existir, pensar e agir configura-se no desafio de constituir visibilidades das diferenças como matéria formativa necessária para a construção e fortalecimento de identidades (pessoais, culturais, religiosas e sociais) e de reconhecimento e respeito do outro. Ou seja, condições fundamentais para a promoção da qualidade da integração comunitária e de garantia de uma escola democrática. A escola, repetindo, pode ampliar seu papel social e ser o equipamento público catalisador desses processos.

Do ponto de vista teórico-conceitual os aportes da teoria antropológica da aprendizagem desenvolvidos por Jean Lave e Etienne Wenger (1991), oferecem subsídios que podem ser utilizados para pensarmos a escola como equipamento educativo e formativo comunitário no contexto de transição para os reassentamentos coletivos, ou seja, nos ajuda a entender a escola como instituição de aprendizagem coletiva que em suas práticas fortaleça os vínculos comunitários, bem como, os compromissos sociais



necessários para a “gestão democrática dos territórios” dos reassentamentos. Participar e exercitar a democracia exige processos de aprendizagem coletivos e de compartilhamento de práticas e valores comuns. É nesse sentido, que a teoria de Lave e Wenger são mobilizadas aqui como subsídios importantes para pensarmos esses processos.

Ao invés de olhar para a aprendizagem como o momento da aquisição de certas formas de conhecimento, Jean Lave e Etienne Wenger a colocam nas relações sociais - em situações de coparticipação. Como William F. Hanks diz em sua introdução ao livro de Lave e Wenger *Situated learning: legitimate peripheral participation* de 1991:

"Ao invés de perguntar que tipo de processos cognitivos e estruturas conceituais estão envolvidos, eles perguntam que tipo de compromissos sociais fornecem o contexto adequado para que a aprendizagem aconteça" (1991: 14).

A ideia de aprendizagem para esses autores não passa pela aquisição, através das mentes individuais, das estruturas e modelos de entendimento e sim pela participação dos indivíduos em contextos situados de aprendizagem. A participação é entendida como um processo abrangente onde cada indivíduo se coloca na situação de participante ativo nas práticas de uma determinada comunidade social.

Se a aprendizagem não é apenas a aquisição de conhecimentos pela estrutura mental individual do mundo exterior e sim um processo que acontece na interação entre os indivíduos e o próprio mundo, na própria forma de ser e estar nesse mundo, as noções acerca dos estágios evolutivos da cognição humana ou as ideias em torno do desenvolvimento mental individual perdem o sentido na teoria dos autores em questão. As estruturas mentais individuais deixam de ser o centro para o entendimento dos processos de aprendizagem. A participação e a interação em comunidades sociais determinadas, seja elas quais forem, é que para os autores determinam as formas de aprendizagem. Lave e Wenger desenvolvem então, outros “instrumentos teóricos” para a compreensão dos processos de aprendizagem, para além daqueles que remetem às estruturas mentais ou de cognição individuais.



Um desses instrumentos conceituais se refere a ideia de Participação Periférica Legítima (PPL). A PPL para os autores é uma forma de captar, dentro de um determinado contexto social, as interações e as formas de participação dos indivíduos que desencadeiam necessariamente processos de aprendizagem. Lave e Wenger se preocupam em compreender como os indivíduos se tornam mais competentes, mais envolvidos nos principais processos de práticas em uma comunidade social particular. E a natureza ou a qualidade da interação e participação que define o aprendizado dos indivíduos no interior de uma determinada comunidade social. O significado da aprendizagem é configurado então, através do processo de se tornar um participante completo numa determinada prática sociocultural. A aprendizagem é vista, portanto, não como a aquisição de conhecimentos por indivíduos e sim como um processo de participação social, ou em outras palavras, a aprendizagem é vista como um processo relacional.

Nesse sentido, a partir do arcabouço conceitual de Lave e Wenger sobre aprendizagem, as ações do Programa devem objetivar garantir a escola como um dos espaços sociais nos reassentamentos que promovam a participação comunitária e coletiva como processo de aprendizagem, ou seja, uma comunidade de prática onde se produz, aprende e se pratica uma situada pedagogia da reparação e da construção dos projetos individuais e coletivos de vida e futuro.

Sobre a ideia de comunidades de prática, o argumento básico de Jean Lave e Etienne Wenger é que elas são formadas por pessoas que se envolvem em aprendizados coletivos em um domínio compartilhado e situado da atividade humana. Assim, as comunidades de prática são formadas por grupos de pessoas que compartilham interesses e que garantam o aprendizado de cada indivíduo que dela participa através da interação e participação no interior da coletividade.

Uma comunidade de prática envolve, portanto, muito mais do que o conhecimento técnico ou habilidade associada com realização de alguma tarefa. Membros estão envolvidos em um conjunto de relações ao longo do tempo (Lave e Wenger, 1991: 98) e as comunidades se desenvolvem em torno de coisas que interessam às pessoas. Para uma comunidade de prática funcionar é preciso gerar um repertório compartilhado de ideias, compromissos e memórias que garantam a construção de processos identitários



– mesmo que essas identidades só “funcionem” no interior dessas comunidades de prática.

Nesse sentido, as ações do Programa, no que tange o processo de reintegração escolar, objetivam influenciar e produzir processos que provoquem as escolas a se tornarem espaços promotores da participação social, ou seja, espaços para desenvolvimento de comunidades de prática engajadas com os processos de produção dos seus próprios projetos de vida e futuro.

4.2.2 Processo: Interface para a Reintegração Escolar

Dada a complexidade que delinea as ações de reintegração escolar executadas pelo Programa, um conjunto de interfaces com outros programas da Fundação Renova se faz necessário para uma melhor eficácia dos processos de reparação dos impactos e danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Especialmente, a interface com o Programa de Reassentamento - PG008, objetiva promover as condições necessárias para a qualidade da transição das famílias para os reassentamentos coletivos e para a nova escola. Os Projetos Político Pedagógicos, o currículo e as práticas pedagógicas das escolas afetadas devem ser orientados a trabalhar o tema da transição, do direito à moradia e demais direitos sociais e ações de adaptação progressiva aos territórios dos reassentamentos coletivos. Visitas guiadas da comunidade escolar às obras dos reassentamentos coletivos, planejamentos de aulas e atividades escolares nesses espaços, trabalho com maquetes, mapas e demais representações da escola, das casas e dos demais equipamentos públicos, são ações a serem executadas ao longo do ano de 2020 nessa interface.

Já a interface com o Programa de Preservação da Memória Histórica, Cultural e Artística – PG012, objetiva articular as atividades de socialização, festejos, celebrações religiosas e esportivas, bem como, com os resultados do diagnóstico de referências culturais e de patrimônio imaterial das comunidades afetadas com as comunidades escolares delineando processos de fortalecimento das identidades e de pertencimento comunitário.

E por último, fundamentalmente, a interface com os programas da área de economia e



inovação objetiva promover as condições necessárias para o planejamento das novas condições de vida nos reassentamentos coletivos. Ações no campo da Educação de Jovens e Adultos, educação para toda a vida, contribuem para elevação dos níveis de escolaridade das famílias e para o planejamento financeiro e econômico dos indivíduos afetados que receberão as indenizações. O PG11 pode oferecer aporte metodológico para o desenvolvimento de ações educacionais de jovens e adultos e facilitar a construção conjunta de soluções junto ao poder público de oferta educacional para os sujeitos afetados. Nesse sentido, promove-se condições para o aumento da autonomia das famílias capacidade de planejamento econômico e de manejo dos recursos financeiros provenientes das indenizações.

4.2.3 Sobre o Apoio Psicopedagógico

O apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas atingidas de Mariana e Barra Longa é ação integrante do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar prevista no TTAC na seguinte cláusula:

Cláusula 93 - O Programa deverá prever, ainda, ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas durante o período de 36 meses contados da assinatura deste Acordo.

O presente documento propõe a ampliação e redefinição do escopo do projeto de apoio psicopedagógico a partir de uma revisão teórico-conceitual que abarque intervenções psicopedagógicas de caráter institucional em um contexto específico de transitoriedade que atravessa as condições de vida dos sujeitos que compõe as comunidades escolares afetadas. A metodologia de exposição do texto seguirá os seguintes marcos conceituais definidores do escopo de ação:

- Processo de escolarização
- Dificuldade permanente de aprendizado e ensino e dificuldade transitória de aprendizagem e ensino
- Apoio psicopedagógico institucional

Processo de escolarização dos sujeitos afetados

De modo geral, o processo de escolarização dos indivíduos deve ser entendido a partir



de múltiplas determinações socioeconômicas que tensionam e influenciam os processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem. O sistema político e econômico vigente em determinado momento; o território, os vínculos comunitários e o caráter das relações sociais onde vivem os alunos, suas famílias e onde se localiza a instituição escolar; a escola, sua política e proposta pedagógica e qualidade das relações entre alunos e professores; os docentes, sua formação, crença e práticas pedagógicas; os alunos com suas potencialidades, dificuldades e trajetórias individuais e familiares.

No contexto específico das comunidades escolares afetadas outras questões atravessam e influenciam o processo de escolarização de crianças e jovens e o processo de trabalho pedagógico dos professores: as marcas psíquicas, individuais e coletivas, decorrentes da experiência do rompimento da barragem de fundão; o deslocamento físico das comunidades originárias e a adaptação em um novo ambiente; as alterações nos projetos de vida e futuro dos sujeitos, a condição de transitoriedade e espera de definições sobre reassentamentos e indenizações; impactos nas relações comunitárias e vínculos familiares; e os impactos das mudanças na rotina escolar, nas condições de vida e no cotidiano.

Portanto, o apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas afetadas deve levar em consideração as questões mais gerais sobre a experiência de escolarização e ensino dos indivíduos mencionadas acima, bem como, e fundamentalmente, a experiência específica das trajetórias escolares e de ensino produzida pelas alterações nas condições de vida a partir do rompimento da Barragem de Fundão.

Dificuldade permanente de aprendizagem e ensino e dificuldade transitória ou momentânea de aprendizagem e ensino: campos distintos de atuação do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar

A respeito do termo dificuldade de aprendizagem, observa-se uma diversidade de teorias que procuram explicar e definir o problema. De modo geral, apesar do termo ser utilizado corriqueiramente por profissionais que atuam na escola ou na área educacional observa-se pouco rigor conceitual e compreensão de seu real significado.



Há teóricos como Sisto (2001 a e b) que apresentam a dificuldade de aprendizagem a partir de dois tipos, são eles: dificuldade de aprendizagem permanente e dificuldade de aprendizagem transitória ou momentânea. A definição proposta por Sisto (2001 a e b) de dificuldade de aprendizagem permanente diz que esta é reflexo de base neuropsicológica e/ou constitucional biológica. Já a dificuldade de aprendizagem transitória ou momentânea, segundo o autor, refere-se àquelas que aparecem em um dado momento escolar e não são afetadas por aspectos psicobiológicos ou neurológicos, uma vez que os parâmetros cognitivos são considerados como normais, (SISTO, 2001 b), sendo estas o objeto de estudo do campo das dificuldades de aprendizagem propriamente ditas.

Para cumprir com os objetivos do apoio psicopedagógico necessário para alunos e profissionais trabalharemos com o aparato conceitual desenhado por Sisto (2001 a e b) e incluiremos, para além da aprendizagem, a dimensão do ensino e dos profissionais das escolas afetadas. Nesse sentido, utilizaremos os conceitos de dificuldade permanente de aprendizagem e ensino e dificuldade transitória ou momentânea de aprendizagem e ensino.

A respeito do apoio necessário para os casos de alunos e profissionais com dificuldade permanente de aprendizagem e ensino, o Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar- PG011, trabalha com ações em interface com o Programa Saúde Física e Mental da População Impactada - PG014 - e com a articulação com os serviços públicos de saúde e atendimento psicossocial dos municípios de Mariana e Barra Longa. Deficiências individuais várias, cognitivas e físicas podem ocasionar dificuldades permanentes de aprendizagem e deverão receber tratamento adequado a partir da articulação entre o PG011 e os serviços públicos acima mencionados.

Já acerca da dificuldade transitória ou momentânea de aprendizagem e ensino, observa-se a necessidade de delinear duas frentes de ação complementares, porém distintas. A primeira frente de ação tem por objeto a atuação nos campos psicossocial, de saúde mental e proteção social, articuladas com a psicopedagogia clínica. Essa atuação objetiva incidir a respeito dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão



relacionados às condições de vida, aos vínculos familiares e comunitários e à saúde psíquica dos profissionais e alunos das escolas afetadas. O escopo da ação é promover a articulação das ações do PG011, especificamente o atendimento psicopedagógico clínico, com as políticas públicas das áreas de saúde mental e proteção social dos municípios de Mariana e Barra Longa. O objetivo é fortalecer a interface entre essas políticas públicas e as ações do programa promovendo a discussão de casos individuais, a construção de estratégias de abordagem conjunta com famílias e escolas e a construção dos encaminhamentos necessários para os serviços públicos de saúde mental e proteção social.

É também importante ressaltar que, fundamentalmente, a articulação do PG011 com serviços públicos especializados em atendimento psicossocial e saúde mental procura minimizar ou reduzir ao máximo os processos de estigmatização, patologização e medicalização dos alunos e profissionais que transitoriamente apresentem dificuldades de aprendizagem e ensino. Na medicalização da aprendizagem o fracasso escolar está centrado na incapacidade individual do sujeito que não aprende, pautado em uma visão individualista de aprendizagem. Segundo Meira (2011) a explicação para as dificuldades de aprendizagem na visão patologizante centraliza o problema ao nível da estrutura dos organismos individuais e suas possíveis deficiências e oculta ou apaga os elementos sociais, econômicos, territoriais e relacionais. Desta forma, a aprendizagem passa a ser entendida a partir da explicação reducionista, com foco em uma possível aptidão natural para aprender, determinada pelas capacidades biológicas inatas dos indivíduos.

Esta forma de entender o aprender estimula desigualdades e processos de estigmatização dos sujeitos, pois a escola surge como uma forma de equalização social que advoga um tratamento diferencial para aqueles que possuem diferenças individuais. (SAVIANI, 1992).

Afasta-se, portanto, do escopo de ações do PG11, uma normatização sobre a aprendizagem que patologize os sujeitos ou a construção de um padrão do que e como aprender em cada faixa etária. Ou seja, o escopo de nossas ações contrapõe-se a ideia de que aquele que não aprende é porque possui alguma patologia, doença, distúrbio ou transtorno.



Nesse sentido, reconhece-se o conjunto dos impactos e alterações que o rompimento da barragem de Fundão provocou nos processos de aprendizagem, porém não os trata no nível da patologia individual e sim os considera como questões a serem trabalhadas a partir de um entendimento mais amplo sobre a relação entre os aspectos sociais, econômicos, pedagógicos e psíquicos que compõe as condições dos sujeitos e comunidades escolares afetadas, bem como, sua influência sobre os processos de aprendizagem e ensino.

Estratégia do apoio psicopedagógico institucional

Conforme pontuado anteriormente, com o objetivo de contemplar a recomendação da Nota Técnica no 15/2018 (CTECLLET) de ampliação de escopo do projeto de apoio psicopedagógico, ampliar as ações da psicopedagogia clínica para a psicopedagogia institucional, a presente revisão de definição do PG011 propõe novas questões teórico-conceituais que subsidiem processos necessários para o desenvolvimento das ações de reparação que beneficiem as comunidades escolares afetadas.

O fato da existência de alterações da rotina escolar e de alterações que impactaram a dinâmica e o cotidiano de vida dos alunos atingidos direcionou o entendimento do trabalho de apoio psicopedagógico para uma perspectiva reduzida com foco apenas nos aspectos deficitários de aprendizagem dos alunos decorrentes dessas mesmas alterações. Tal entendimento reduzido encontra correspondência em parte da prática e da literatura a respeito da psicologia escolar. Por muito tempo, e ainda atualmente, a psicologia escolar se ocupou da busca pelos problemas e distúrbios da aprendizagem, sendo reconhecida e demandada a resolver estes problemas concebidos como limitadores do processo de desenvolvimento de alunos. Tal concepção trabalha com a centralização nos possíveis déficits cognitivos e de aprendizagem individuais, ou seja, trata os alunos com dificuldades de aprendizagem como portadores de um problema de aprendizagem a ser tratado na esfera individual. (ANGELUCCI CB, KALMUS L, PAPARELLI R, PATTO MHS, 2004).

A experiência do trabalho de reparação acumulada pelo PG11 indica que o apoio psicopedagógico com foco nos processos cognitivos individuais considerados como deficitários do ponto vista da aprendizagem se mostrou até o presente momento



insuficiente e pouco eficaz. Em primeiro lugar, há a questão do baixo impacto que as avaliações e diagnósticos individuais produzem no interior da instituição escolar, nos processos de aprendizagem, na melhoria das metodologias de ensino e na melhoria da qualidade das relações entre profissionais e alunos no interior das escolas afetadas. Em segundo lugar, há sempre o risco potencial de estigmatização e conseqüente prejuízo para os alunos avaliados e possivelmente diagnosticados como portadores de dificuldades de aprendizagem. Tal risco, como mencionamos acima, esbarra na tendência de tornar como patológico e médico/clínico algo que concerne especificamente à dinâmica e lógica da vida escolar. Por último, o desenvolvimento do apoio psicopedagógico com foco na centralização do problema no aluno, no que este tem de déficit em seu processo de aprendizagem, aponta para a produção de uma espiral constante de expectativas frustradas tanto do ponto de vista da eficácia dos processos reparatórios quanto do ponto de vista da melhoria concreta dos processos de ensino-aprendizagem no interior das escolas.

E ainda, a mesma frustração ocorre com os demais profissionais que atuam no contexto escolar e com os próprios educadores, que ao focalizarem na concepção redutora dos problemas e distúrbios da aprendizagem se privam da possibilidade de experienciar as múltiplas possibilidades formativas e educativas no interior da instituição escolar. Em suma, o apoio psicopedagógico ao focalizar de forma redutora apenas no potencial fracasso escolar decorrente de supostos transtornos de aprendizagem individuais deixa de compreender, potencializar, desenvolver e reforçar os processos de educação do ponto de vista institucional mais amplo.

Ao pensarmos nas dificuldades de aprendizagem, é necessário levar em consideração o contexto no qual este processo ocorre, considerando o ambiente escolar, a relação familiar, o conceito aprendido, as relações entre professores e alunos e as dificuldades específicas dos próprios alunos. Sendo assim, é importante ressaltar a importância da análise contextualizada da dificuldade de aprendizagem, uma vez que na maioria das vezes ela remete a uma dificuldade em relação aos processos de ensino-aprendizado e como eles ocorrem na escola. No caso específico das comunidades escolares afetadas, o contexto traz os impactos e desafios do deslocamento das comunidades originárias, processos de adaptação em novo ambiente, alterações nos vínculos familiares e



comunitários e alterações nos projetos de vida de alunos e profissionais das escolas.

Neste sentido, a reorientação e ampliação do trabalho de apoio psicopedagógico é necessária com o objetivo de torná-lo mais eficaz do ponto de vista do impacto e da eficácia de reparação nas instituições escolares atingidas. O desafio posto é o de pensar os alunos e profissionais das escolas atingidas não a partir da falta, transtorno e deficiência e sim a partir das estratégias que esses sujeitos constroem, das possibilidades que eles criam, dos saberes que produzem e de suas potencialidades em aprender e ensinar. Portanto, pode-se alargar o entendimento de apoio psicopedagógico enquanto ação que contribua para a compreensão do desenvolvimento humano na interlocução com os processos de ensino e aprendizagem, bem como, que contribua para promover uma educação escolar que seja de fato inclusiva e para todos.

Neste sentido, torna-se necessário afirmar que o caminho para a superação dos problemas de aprendizagem não está no âmbito do indivíduo ou em sua condição biológica, e sim nas mediações que geram e promovem a potência de ação e de desenvolvimento dos alunos. A partir desse entendimento, a reorientação do apoio psicopedagógico deve objetivar a construção de estratégias e caminhos de ação para a promoção do potencial humano e das plenas e condições de efetivação dos processos de ensino-aprendizagem.

Ações que favoreçam que os alunos sejam estimulados a desenvolver suas potencialidades e que busca compreender o sujeito e seu processo de desenvolvimento induz a promoção de novos afetos e de condições favoráveis para a promoção de um processo educativo significativo e inclusivo. É necessário, portanto, um plano de trabalho de apoio psicopedagógico que incorpore ações que impactem o cotidiano da vida escolar abrangendo alunos e profissionais, que possibilitem a ampliação e diversificação de estratégias e metodologias de ensino e que contribuam para a melhoria do clima escolar e da qualidade das relações no interior das escolas. A partir dessas premissas objetiva-se a reorientação do trabalho de apoio psicopedagógico das escolas afetadas com foco em:

- Fortalecimento institucional das comunidades escolares afetadas;
- Apoio para a construção de projeto político pedagógico;



- Apoio na melhoria do processo de ensino-aprendizagem;
- Fortalecimento dos processos participativos no interior das escolas;
- Fortalecimento da ação político-educativa discente;
- Fortalecimento das relações democráticas, inclusivas e solidárias entre os sujeitos das comunidades escolares afetadas;
- Apoio para melhoria do clima escolar e da qualidade das relações entre professores e alunos;
- Fortalecimento dos processos pedagógicos e de ensino-aprendizagem:
- Promoção da formação docente permanente;
- Promoção do protagonismo docente no mapeamento de desafios práticos e construção de soluções;
- Apoio para diversificação das metodologias de ensino e das práticas pedagógicas.

A caracterização e as diferenças entre os impactos sofridos pelos municípios de Mariana e Barra Longa

A abrangência do escopo de atuação do Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar contempla os dois primeiros municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, Mariana e Barra Longa. Os impactos e afetações sofridas por eles foram/são distintos e impelem que o apoio psicopedagógico a ser ofertado nesses dois territórios seja orientado por essas especificidades e diferenças.

Em Mariana, o impacto direto sofrido se deu em distritos na área rural do município. Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo foram comunidades completamente destruídas pela lama e suas populações sofreram deslocamento físico para a sede do município. Para as populações dessas comunidades os impactos alteraram todas as condições e modos de vida, projetos e planos de futuro. As dificuldades de adaptação em um novo território decorrentes dos deslocamentos, os processos de estigmatização sofridos na sede do município de Mariana, a fragilização dos vínculos comunitários e familiares e as bruscas modificações nas rotinas escolares definem as especificidades dos impactos para essas populações. Nesse sentido, o projeto de apoio psicopedagógico para as escolas que atendem as comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, deve ser orientado a pensar, diagnosticar e agir junto com as comunidades escolares para incidir sobre essas



questões.

Já em Barra Longa, os impactos diretos afetaram as condições de vida e dinâmica da vida comunitária em todo o território do município. Especialmente na sede urbana, a vida da população foi alterada pelo desconforto e incômodo proveniente das permanentes obras (alterações no trânsito, poeira, barulho, chegada de contingente de novas pessoas na cidade, sensação de insegurança etc.), pelas incertezas com relação ao futuro da cidade e pelas alterações nas lógicas de funcionamento da dinâmica da vida comunitária após o rompimento na barragem de Fundão. O apoio psicopedagógico a ser ofertado para as escolas, alunos e profissionais, deve ser orientado a pensar, diagnosticar e agir, portanto, em toda a dimensão do território, a partir de um planejamento que amplie o lócus dos processos de ensino aprendizagem, ou seja, que considerem a ampliação dos espaços educativos para além dos muros das escolas. Nesse sentido, a cidade e os distritos de Barra Longa devem ser pensados como espaços educativos a serem trabalhados por projetos educacionais, pedagógicos e culturais. As especificidades geográficas e culturais do município devem orientar o conjunto de ações a serem executadas. A educação do campo, ao pensar a singularidade dos processos educacionais para pequenos municípios, é uma ferramenta importante para orientar o planejamento do apoio psicopedagógico institucional para o município de Barra Longa.

4.2.4 Processo: Interfaces para o Apoio Psicopedagógico

As ações de apoio psicopedagógico executadas pelo Programa necessitam de um conjunto de interfaces com outros programas da Fundação Renova e rede de serviços públicos de proteção social e atendimento psicossocial para uma melhor eficácia dos processos de reparação dos impactos e danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

Com o Programa de Proteção Social – PG005 e com o Programa Saúde Física e Mental da População Impactada – PG014 objetivam o apoio necessário para os casos de alunos e profissionais com dificuldade permanente e aprendizagem e ensino em conjunto com a articulação com os serviços públicos de saúde e atendimento psicossocial dos



municípios de Mariana e Barra Longa. Deficiências individuais várias, cognitivas e físicas podem ocasionar dificuldades permanentes de aprendizagem e deverão receber tratamento adequado a partir da articulação entre o PG011 e os serviços públicos acima mencionados.

Já com o Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce – PG033, objetiva planejar em conjunto agendas de trabalho para desenvolvimento de ações conjuntas sobre educação e meio ambiente articuladas com os cronogramas e calendários escolares. O Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce promoverá um processo de [re]construção e fortalecimento de laços identitários, valorizando a memória coletiva e o ethos regional, assim como o sentido de pertencimento às territorialidades hídricas em suas múltiplas escalas e significados, desde as águas internas, às águas da microbacia, da bacia do Doce, da região hidrográfica, do continente e do Planeta Azul, mapeando e construindo junto com os atores da bacia novos imaginários, práticas e perspectivas de vitalidade comunitária (enraizamento, segurança, cooperação). A articulação das ações do PG011 com esse conjunto de premissas do PG033 potencializa os processos pedagógicos e psicopedagogos vivenciados pelas comunidades escolares afetadas. As ações de formação de professores a nível de aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado previstas pelo Programa de Educação para Revitalização da Bacia do Rio Doce são também objeto de interface por proporcionarem a formação continuada e qualificação docentes das escolas afetadas e promover a autonomia prática e intelectual desses docentes na construção de soluções, aperfeiçoamento das práticas pedagógicas e fortalecimento institucional e dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas afetadas.

4.3 Histórico do Programa

4.3.1 Estrutura Escolar e Reintegração

Logo após a ocorrência do rompimento da barragem de Fundão, foi realizada apuração para identificação de impactos relacionados às estruturas de educação dos municípios de Mariana e Barra Longa, tendo sido verificadas interferências nos funcionamentos das escolas, seja por danos parciais ou totais às estruturas ou por impossibilidade de acesso. Identificou-se que:



- E.M. de Bento Rodrigues – Mariana – destruição total;
- E.M. de Paracatu de Baixo – Mariana – destruição total;
- E.M. José de Vasconcelos Lana – Barra Longa - destruição total;
- E.M Gustavo Capanema - Gesteira – Barra Longa - destruição total;
- E.E. Escola Estadual José Epifânio – Barra Longa – destruição parcial.

Em 2015 a Samarco em parceria com das Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Mariana e Barra Longa buscou construir soluções imediatas para retomada das aulas e para garantir o encerramento do ano escolar.

4.3.1.1 Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)

No município de Mariana, em 16 de novembro de 2015, 11 dias após o evento, foram retomadas as aulas dos alunos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de forma provisória na Escola Municipal Dom Luciano. Naquele período foram fornecidos kits de materiais escolares para todos os alunos, equipamentos e materiais para atender as necessidades da escola anfitriã, bem como disponibilizado transporte para os alunos que sofreram deslocamento físico e que estavam morando em espaços temporários e com dificuldades de acessar as escolas transitórias.

No final do primeiro semestre letivo de 2016 novas solicitações de adaptações de espaços foram apresentadas pelas escolas. A comunidade escolar de Paracatu de Baixo solicitou um espaço adicional à escola que ocupavam no Morro do Santana, para ministrar as aulas de música do projeto Segundo Turno. Já a comunidade escolar de Bento Rodrigues, por dificuldades no processo de coabitação na escola do Bairro do Rosário manifestou seu desejo de mudar de espaço para um imóvel individualizado.

As soluções para atender as demandas de ambas as escolas aconteceram nos anos de 2017 e 2018. Em maio de 2017 um imóvel foi reformado, adaptado, equipado e entregue à comunidade para abrigar escola temporária de Bento Rodrigues no bairro do Catete em Mariana. A escola temporária de Paracatu de Baixo foi instalada em novo imóvel adaptado e equipado no centro de Mariana em agosto de 2018.



Para todas as escolas foram entregues kits escolares, mobiliários e utensílios que viabilizassem o retorno às aulas. Foi necessária a contratação de logística para o transporte dos alunos dentro do município de Mariana, visto que a comunidade está distribuída por todo município e o serviço de transporte não era realizado pela Prefeitura de Mariana, pois não havia necessidade desse serviço na área de origem das comunidades.

A Fundação Renova é responsável, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação pela disponibilização de instalações temporárias para as escolas até o reassentamento, onde as escolas passarão para prédios permanentes. Durante o período de transição serão disponibilizados e realizada a manutenção dos materiais e equipamentos perdidos necessários às condições temporárias das escolas, bem como o transporte escolar para alunos deslocados de suas residências no município de Mariana.

4.3.1.2 Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)

No município de Barra Longa, em 23 de novembro, 18 dias após o evento, as aulas das escolas Gustavo Capanema localizada no distrito de Gesteira reiniciaram provisoriamente no imóvel da antiga creche da localidade. Assim como em Mariana, foram fornecidos materiais escolares e mobiliário para a retomada das aulas. Já a Escola Municipal José de Vasconcelos Lanna, que atende a educação infantil na sede do município de Barra Longa, foi instalada em imóvel temporário até que o retorno para o imóvel original fosse efetivado. No ano de 2017 foram definidas soluções para resolução da condição temporária dessas duas escolas. Em janeiro foi entregue a escola para a comunidade de Gesteira. A nova edificação foi idealizada para abrigar cerca de 30 alunos, contando com três salas de aula, cantina, vestiário, refeitório dentre outras estruturas. A escola foi construída em terreno anexo a quadra da comunidade com o objetivo de possibilitar aos alunos maior conforto para práticas de recreação e esportes. E em outubro, a Escola Municipal José de Vasconcelos Lanna retornou, após reformas e adaptações, para o antigo prédio onde funcionava antes do rompimento da barragem de Fundão.



A respeito da Escola Estadual Padre José Epifânio Gonçalves, localizada em Barra Longa sede, não houve necessidade de deslocamento para outro imóvel ou estrutura visto que os impactos sofridos afetaram parcialmente estruturas de uso comum (quadra da escola). As salas de aula e o conjunto da edificação escolar não sofreram impactos do rejeito, situação que possibilitou a continuidade das aulas.

Para todas as escolas foram entregues kits escolares, mobiliários e utensílios que viabilizassem o retorno às aulas. Em Barra Longa não houve necessidade de suporte à logística de transporte considerando a proximidade das escolas temporárias com as anteriores.

4.3.2 Apoio Psicopedagógico

Ações e metodologia adotada nos anos de 2018 e 2019:

O apoio psicopedagógico para os alunos atingidos acontece a partir das seguintes etapas e metodologia:

- Visita à escola para apresentação à direção do escopo da abordagem psicopedagógica e elaboração do planejamento do trabalho;
- Minicurso de Neuroeducação para subsidiar a definição dos alunos com dificuldades escolares a serem avaliados sob a perspectiva da psicopedagogia e da neuroeducação;
- Visita à escola para construção conjunta, consultoria e docentes, de quesitos para definição dos alunos que devem ser avaliados sob a perspectiva da psicopedagogia e da neuroeducação;
- Aplicação da avaliação psicopedagógica apoiada nas neurociências;
- Devolutivas através de relatórios:
 - à escola: apontamentos dos achados pelo processo avaliativo assim como as adaptações escolares que deverão ser feitas para que o aluno de fato se desenvolva;
 - à família: apontamento dos achados, com orientações de apoio ao desenvolvimento das crianças;
 - aos serviços públicos de saúde: Apontamento dos “achados clínicos” com



encaminhamentos que a criança ou jovem porventura possa precisar.

A avaliação psicopedagógica permite a verificação e diagnóstico das dificuldades de aprendizagem dos alunos de determinada escola. As oficinas de neuroeducação, denominadas como “Minicurso de neuroeducação”, têm como objetivo subsidiar professores, coordenadores pedagógicos e diretores com orientações que permitam ampliar a compreensão da importância da avaliação psicopedagógica como instrumento que compõe as práticas escolares de inclusão, possibilitando a cada aluno a vivência integral do processo de ensino e aprendizagem, a partir de suas condições e potencialidades. As oficinas fazem parte de um processo de formação continuada e capacitação docente. A aplicabilidade de tais oficinas não pode ser avaliada sem considerar o contexto e organização de cada escola, a autonomia do trabalho docente e as múltiplas apropriações por parte dos docentes do conteúdo ministrado. Neste sentido, assim como todo processo de formação e capacitação docente, o conhecimento adquirido e incorporado, é administrado e aplicado levando em consideração os elementos acima mencionados.

E ainda, sobre a relevância do conteúdo das oficinas, pode-se compreender que as Avaliações Psicopedagógicas, desde a triagem à entrega dos relatórios, proporciona aos docentes condições para o bom uso da estratégia junto aos alunos e suas famílias.

4.3.2.1 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana

Em Mariana 22 alunos foram encaminhados para o atendimento psicopedagógico. Até Dezembro de 2019, 7 alunos tiveram a avaliação finalizada (32%), 6 alunos estão no processo de avaliação (27%), 9 alunos estão com a avaliação “a iniciar”.

No momento da triagem foi realizada a preparação das famílias para o início das avaliações. Cada família foi atendida individualmente, autorizando a continuidade dos atendimentos ao aluno. A mobilização posterior para a sensibilização dos pais para o atendimento foi feita pela equipe pedagógica da escola. Também à escola foi apresentado registro com eventuais alunos faltosos nas sessões de atendimento.

Com relação aos alunos que se encontram em outras escolas do município de Mariana



foi realizada busca ativa e levantamento do quantitativo de alunos. São em torno de 54 alunos que se encontram em 7 escolas estaduais. As estratégias para desenvolvimento do projeto de apoio psicopedagógico junto às escolas estaduais estão sendo construídas junto a Superintendência Regional de Ensino de Ouro Preto.

4.3.2.2 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa

No município de Barra Longa, foram realizadas a sensibilização e mobilização dos professores das escolas José de Vasconcellos Lana, Gustavo Capanema (Gesteira) e EE Padre José Epifânio, impactadas diretamente, além da EE Claudionor Lopes, que recebe alunos egressos da EM José de Vasconcellos Lana e Gustavo Capanema. Os professores participaram do Minicurso de Neuroeducação no dia 08/06/2019 e estão em processo de construção de metodologia e processo de triagem dos alunos que deverão participar do atendimento psicopedagógico. O número elevado de indicações de alunos pelas escolas do município – 101 (cento e um alunos) indica para a necessidade de construção de estratégias específicas para o trabalho de apoio psicopedagógico.

Do ponto de vista técnico, é imprudente tomar uma grande amostragem da população como sendo marcada por alguma deficiência ou transtorno cognitivo, ou ainda colocar em avaliação crianças da Educação Infantil, que não tiveram um tempo mínimo de escolaridade, conforme ocorreu na primeira listagem de alunos apresentada pelas escolas do município de Barra Longa. Neste cenário, não proceder com uma triagem da lista primária apresentada à consultoria contratada representaria, na perspectiva psicopedagógica clínica, uma incoerência científica, pois os estudos apontam para 1 a 2 alunos por turma apresentando transtornos de aprendizagem ou deficiência congênita e a lista primária chegou a apontar mais de 60% de alunos de uma mesma turma. A título de ilustração, e de acordo com estudo realizados no Brasil (Fontana et alii, 2007), apenas 13% dos alunos de uma escola apresentam estas características. Assim, reitera-se a relevância da triagem, de modo a resguardar as crianças e assegurar o bom andamento da rotina escolar em termos pedagógicos.

4.3.2.3 Proposta de redefinição do apoio psicopedagógico



A partir de entendimento mútuo e aprovação por parte da CT-ECLET, o trabalho de apoio psicopedagógico foi desenvolvido com foco nos possíveis distúrbios, transtornos ou déficits individuais de aprendizagem dos alunos das escolas atingidas em decorrência das consequências do rompimento da barragem de Fundão. O fato da existência de alterações da rotina escolar e de alterações que impactaram a dinâmica e o cotidiano de vida dos alunos atingidos direcionou o entendimento do trabalho de apoio psicopedagógico para uma perspectiva reduzida com foco apenas nos aspectos deficitários de aprendizagem dos alunos decorrentes dessas mesmas alterações. Tal entendimento reduzido encontra correspondência em parte da prática e da literatura a respeito da psicologia escolar. Por muito tempo, e ainda atualmente, a psicologia escolar se ocupou da busca pelos problemas e distúrbios da aprendizagem, sendo reconhecida e demandada a resolver estes problemas concebidos como limitadores do processo de desenvolvimento de alunos.

A experiência acumulada pelo PG11 indica que o apoio psicopedagógico com foco nos processos cognitivos individuais considerados como deficitários do ponto de vista da aprendizagem se mostrou até o presente momento como pouco eficaz. Em primeiro lugar, há a questão do baixo impacto que as avaliações e diagnósticos individuais produzem no interior da instituição escolar, nos processos de aprendizagem, na melhoria das metodologias de ensino e na melhoria da qualidade das relações no interior da escola. Em segundo lugar, há sempre o risco potencial de estigmatização e consequente prejuízo para os alunos avaliados e possivelmente diagnosticados. Tal risco esbarra na tendência de tornar como patológico e médico/clínico algo que concerne especificamente à dinâmica e lógica da vida escolar. E por último, o desenvolvimento do apoio psicopedagógico com foco na centralização do problema no aluno, no que este tem de déficit em seu processo de aprendizagem, aponta para a produção de uma espiral constante de expectativas frustradas tanto do ponto de vista da eficácia dos processos reparatórios quanto do ponto de vista da melhoria concreta dos processos de ensino-aprendizagem no interior das escolas. E ainda, a mesma frustração ocorre com os demais profissionais que atuam no contexto escolar e com os próprios educadores, que ao focalizarem na concepção redutora dos problemas e distúrbios da aprendizagem se privam da possibilidade de experienciar as múltiplas possibilidades formativas e educativas no interior da instituição escolar.

Ao pensarmos nas dificuldades de aprendizagem, é necessário levar em consideração o contexto no qual este processo ocorre, considerando o ambiente escolar, a relação familiar, o conceito aprendido, as relações entre professores e alunos e as dificuldades específicas dos próprios alunos. Sendo assim, é importante ressaltar a importância da análise contextualizada da dificuldade de aprendizagem, uma vez que na maioria das vezes ela remete a uma dificuldade em relação aos processos de ensino-aprendizado e como eles ocorrem na escola.

Em suma, o apoio psicopedagógico ao focalizar de forma redutora apenas no potencial fracasso escolar decorrente de supostos transtornos de aprendizagem individuais deixa de compreender, potencializar, desenvolver e reforçar os processos de educação do ponto de vista institucional mais amplo.

Neste sentido, este parecer sugere uma reorientação do trabalho de apoio psicopedagógico com o objetivo de torná-lo mais eficaz do ponto de vista do impacto nas instituições escolares atingidas. Tal reorientação, é importante destacar, não exclui de modo algum a existência de deficiências e doenças que afetam o desenvolvimento cognitivo do sujeito e limitam seu processo de aprendizagem. No entanto, conforme aponta a literatura, o número desses casos não corresponde à quantidade de alunos que encontramos hoje sendo diagnosticados com distúrbios da aprendizagem e em possível tratamento medicamentoso. Tampouco este parecer descarta ou desconsidera a existência de problemas psicossociais ou de desenvolvimento de transtornos psíquicos por parte de alunos e profissionais das escolas atingidas. Para esses casos e situações, a construção de fluxo de encaminhamento e interface com as políticas públicas das áreas de saúde e proteção social pode e deve ser realizado. Sobre este ponto é fundamental também a integração dos programas específicos das áreas de saúde e proteção social no interior da Fundação Renova.

No que tange a proposta de reorientação do trabalho de apoio psicopedagógico o desafio é o de pensar os alunos e profissionais das escolas atingidas não a partir da falta, transtorno e deficiência e sim a partir de suas possibilidades, saberes e potencialidades. Portanto, pode-se alargar o entendimento de apoio psicopedagógico enquanto ação que



contribua para a compreensão do desenvolvimento humano na interlocução com os processos de ensino e aprendizagem, bem como, que contribua para promover uma educação escolar que seja de fato inclusiva e para todos.

Neste sentido, torna-se necessário afirmar que o caminho para a superação dos problemas de aprendizagem não está no âmbito do indivíduo ou em sua condição biológica, e sim nas mediações que geram e promovem a potência de ação e de desenvolvimento dos alunos. A partir desse entendimento, a reorientação do apoio psicopedagógico deve objetivar a construção de estratégias e caminhos de ação para a promoção do potencial humano e das plenas e condições de efetivação dos processos de ensino-aprendizagem.

Ações que favoreçam que os alunos sejam estimulados a desenvolver suas potencialidades e que busca compreender o sujeito e seu processo de desenvolvimento induz a promoção de novos afetos e de condições favoráveis para a promoção de um processo educativo significativo e inclusivo. É necessário, portanto, um novo plano de trabalho de apoio psicopedagógico que incorpore ações que impactem o cotidiano da vida escolar abrangendo alunos e profissionais, que possibilitem a ampliação e diversificação de estratégias e metodologias de ensino e que contribuam para a melhoria do clima escolar e da qualidade das relações no interior das escolas. A partir dessas premissas objetiva-se a reorientação do trabalho de apoio psicopedagógico das escolas atingidas como foco no processo de ensino-aprendizagem, diversificação das metodologias de ensino, formação docente, e fortalecimento dos processos participativos no interior das escolas.

4.3.3 Apoio Pedagógico e Socialização

Inicialmente, no ano de 2017, o Apoio Pedagógico estava previsto para ocorrer de maneira circunscrita nas escolas atingidas pelo rompimento de Mariana e Barra Longa. Posteriormente, no ano de 2018, chegou-se ao entendimento de que todas as escolas dos dois municípios experimentavam em graus distintos os impactos do rompimento seja do ponto de vista de receberem alunos das comunidades atingidas ou da influência socioeconômica decorrente do evento. Assim, o Apoio Pedagógico foi ampliado para toda a rede municipal de educação dos municípios de Mariana e Barra Longa.



O processo de trabalho que orienta tal projeto abarca as seguintes dimensões:

- Construção participativa dos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas (PPP);
- Consolidação dos Colegiados Escolares nas escolas;
- **Formação docente.**

O PPP é um documento organizador da escola que, em sua construção, oportuniza a mobilização de toda a comunidade para o exercício da participação na tomada de decisão sobre o ensino da instituição.

As ações de socialização e integração comunitária ocorrem junto as comunidades escolares atingidas desde o ano de 2018 nos municípios de Barra Longa e Mariana. As mesmas são trabalhadas junto a todos os atores envolvidos (escolas, populações impactadas, parceiros e comunidade em geral), como um processo continuado e sistematizado, que permita o engajamento intencional dos diversos envolvidos, construindo uma linha evolutiva e senso de participação. As ações são articuladas de forma orgânica, não se superpondo às ações já existentes nas escolas e comunidades, ao contrário, conectando-as e contribuindo para a melhoria contínua da atuação.

Outro aspecto importante a ser ressaltada é o foco do trabalho em rede, pelo qual propicia-se a integração entre as escolas e comunidade ampliada dos municípios a partir de atividades e processos criativos, colaborativos, compartilhados e com resultados para todos os envolvidos.

As ações de socialização e integração são realizadas por meio de oficinas integradas aos projetos desenvolvidos pelos professores no interior das escolas. São desenvolvidas oficinas criativas que, em sua maioria, geram resultados específicos ao final das mesmas. As oficinas trabalham com eixos como Arte (danças urbanas, grafite, teatro e música); Culturas tradicionais (expressões culturais regionais, leitura, brincadeira, patrimônios materiais e imateriais, artesanato, artes manuais e culinária); e Meio Ambiente (patrimônio natural).

4.3.3.1 Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana

Durante a etapa de construção do PPP, surgiram algumas demandas do corpo docente das escolas municipais. Dessa forma, em Parceria com a Secretaria Municipal de Educação, iniciou-se conjuntamente com o PPP, um processo de formação de docentes. Até o momento foram tratados três temas:

- Março/2019 e Maio/2019: O talento docente em foco: oficina de projeção e redução do uso vocal em sala de aula;
- Agosto/2019: Comunicação não-violenta;
- Setembro/2019: Inclusão: Reflexão sobre as demandas cotidianas da escola a respeito do tema e a construção conjunta de soluções.

Em relação aos PPPs das escolas estaduais de Mariana, iniciou-se um processo de articulação com a Superintendência Regional de Ouro Preto, sendo feito inclusive um curso com os professores da rede, porém com as mudanças de superintendentes que aconteceram nos últimos meses e a impossibilidade de acompanhamento do cronograma estadual pela consultoria, esse processo está paralisado temporariamente. As tratativas com a nova superintendência estão sendo realizadas em busca de soluções.

4.3.3.2 Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa

Em Barra Longa, após devolutivas dos resultados do diagnóstico das escolas foi planejado um outro desenho de assistência pedagógica. A partir da percepção das especificidades geográficas e organizacionais da rede municipal de Barra Longa foi oferecido cursos de formação de professores e um Seminário Formativo de fortalecimento da gestão escolar. O mesmo trabalho foi desenvolvido com os professores das duas escolas estaduais localizadas na sede do município.

4.3.3.3 Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados

Foram realizadas ações de apoio aos eventos, festas e datas comemorativas das escolas tais como:

- Realização de formaturas dos alunos das escolas de Bento Rodrigues e Paracatu;
- Realização de campanha de Segurança no Trânsito;



- Apoio ao Projeto “Bento Rodrigues nossa história nossa vida!”
- Apoio de realização das festas da família na Escola Municipal José de Vasconcelos Lanna em Barra Longa – Sede e na Escola Municipal Gustavo Capanema – Gesteira e nas escolas temporárias de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo;
- Realização do Conexão Férias, programação de férias com oficinas, jogos e brincadeiras para estudantes de Barra Longa e Mariana;
- Realização de evento em celebração a semana das crianças;
- Apoio a E.M. Paracatu de Baixo para implementação do Projeto “Sala Ambiente”;
- Apoio a realização do projeto “Bento Rodrigues, Passado, Presente e Futuro?”.

4.3.4 Mobilização do conhecimento e identificação das soluções

De acordo com as premissas deste Programa, a participação das comunidades escolares está contemplada na construção coletiva para o planejamento das novas escolas no reassentamento, bem como as orientações estabelecidas pelo TTAC para garantir a integração da comunidade escolar no período transitório e a recuperação das escolas impactadas.

Cabe ressaltar que as ações desse programa deverão estar alinhadas à política pública e aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação - MEC, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, além de diretrizes estabelecidas pela Secretaria Estadual de Educação e Secretarias Municipais de Educação de Mariana e de Barra Longa.

O Programa é o responsável por ser o eixo coordenador dos processos participativos de levantamento de equipamentos e materiais necessários para as escolas definitivas nos reassentamentos coletivos das comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Os processos participativos envolvem as comunidades escolares de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e representantes da Secretaria Municipal de Educação.

Houve no ano de 2019 participação nos Grupos de Trabalho composto por representantes da Prefeitura Municipal de Mariana (Secretaria Municipal de Educação), Comunidade Escolar, Comissão de Atingidos, Assessoria Técnica dos Atingidos e corpo técnico da Fundação Renova para aprovação do projeto arquitetônico da escola do reassentamento de Paracatu de Baixo realizados nos dias 21 de agosto e 03 de setembro. Os Grupos de



Trabalho visam atender às Diretrizes homologadas na Ação Civil Pública 0400.15.004335-6, com metodologia que garante a participação coletiva e, no caso específico do bem público em questão, a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio de sua Secretaria de Educação teve suas expectativas ouvidas e atendidas no que diz respeito ao projeto arquitetônico da escola que será construída no reassentamento coletivo de Paracatu de Baixo. Embora o projeto arquitetônico da escola do reassentamento coletivo de Bento Rodrigues já tenha sido aprovado pela Prefeitura Municipal de Mariana e esteja sendo executado pela Fundação Renova, a Secretaria Municipal de Educação solicitou sua revisão para que os espaços previstos atendam às necessidades cotidianas da escola. Tais mudanças foram discutidas com os arquitetos de maneira que não gerassem a necessidade de nova aprovação de alvará de construção ou qualquer impacto no prazo previsto para entrega do bem público. Houve também participação, junto com o corpo técnico da Fundação Renova, com representantes do COMAR e da Secretaria Municipal de Educação, de para revisão do projeto arquitetônico da escola do reassentamento de Bento Rodrigues.

4.3.5 Histórico de engajamento dos *stakeholders*

Na tabela abaixo estão descritas as ações de engajamento que foram executadas para construção da solução para este programa.

Stakeholders	Histórico de engajamento
Secretaria Municipal de Educação de Mariana e Barra Longa	<p>Identificação conjunta de imóveis para abrigar as escolas Temporárias.</p> <p>Definição dos materiais e equipamentos necessários para o funcionamento das escolas temporárias.</p> <p>Reuniões periódicas para acompanhamento do funcionamento das estruturas temporárias.</p> <p>Elaboração conjunta do TR para contratação de empresa especializada em projetos pedagógicos.</p> <p>Planejamento das soluções definitiva para as escolas impactadas.</p> <p>Facilitação de diálogo junto a gestores das escolas municipais e professores para desenvolvimento do apoio pedagógico.</p> <p>Elaboração conjunta de lista de equipamentos e materiais</p>

	necessários para as escolas dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo
Diretores e pedagogos de escolas	Reuniões para elaboração conjunta do Termo de Referência para contratação de empresa especializada em projetos pedagógicos. Reuniões periódicas para acompanhamento do funcionamento das estruturas temporárias. Participação em reuniões de pais para informações sobre os atendimentos oferecidos. Definição de material e equipamentos necessários para o funcionamento das escolas temporárias.
Professores	Definição das intervenções e reformas nos imóveis. Elaboração conjunta de lista de equipamentos e materiais necessários para as escolas dos reassentamentos coletivos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo.

Tabela 4: Histórico de engajamento dos stakeholders

4.3.6 Solução construída

Conforme já mencionado, para garantir o encerramento do ano escolar de 2015, buscou-se em parceria com as Secretarias Municipais de Educação soluções imediatas. Desta forma, em 16 de novembro de 2015, 11 dias após o evento, foram reiniciadas as aulas dos alunos de Bento Rodrigues e Paracatu e em 23 de novembro, 18 dias após, as aulas das escolas Gustavo Capanema.

A partir das primeiras ações, todas as definições são elaboradas em parceria com as secretarias municipais e gestores escolares. O programa foi elaborado com base no histórico de ações desenvolvidas no período emergencial, as necessidades do sistema de educação local para garantir o funcionamento das escolas em situação temporária e as definições do TTAC para garantir a reintegração da comunidade no momento do reassentamento.

5. Interfaces

Programa	Descrição da interface	Ações de Encaminhamento
PG 001 – Levantamento e Cadastro dos Impactados	Fonte de pesquisa para identificação de dados referentes a famílias impactadas e alunos das escolas temporárias cadastrados no sistema da Fundação Renova.	Utilização de dados sócio econômicos tais como grau de escolaridade das famílias, composição familiar e alterações nos arranjos familiares após o rompimento.
PG008 - Reassentamento	Apoio na elaboração dos projetos das escolas a serem construídas nos reassentamentos coletivos e apoio na manutenção das escolas temporárias. As ações e cronograma deste programa está atrelado ao calendário de reassentamento.	Construção conjunta de ações educacionais e pedagógicas no processo de transição para os reassentamentos coletivos.
PG015 - Promoção da Inovação; PG018 - Desenvolvimento e diversificação econômica	Articulação para formação de jovens das comunidades escolares impactadas. Desenvolvimento de processos educativos e de socialização com o objetivo de reforço dos vínculos comunitários e familiares.	Formação técnica inicial de jovens com o objetivo de ampliação dos projetos de vida e futuro. Mapeamento dos índices de escolaridade das famílias dos alunos das escolas impactadas e construção de soluções conjuntas com o poder público para oferta educacional para jovens e adultos. Apoio metodológico educacional para jovens e adultos.
PG005 – Proteção Social; PG014 - Programa Saúde Física e Mental da População Impactada	O acompanhamento psicossocial feito por equipes ligadas ao programa de Proteção Social, em parceria com Secretaria Municipal de Assistência Social e Saúde, é realizado com as famílias impactadas e contempla os alunos das escolas. Deve-se observar como o atendimento realizado no ambiente familiar influencia no desenvolvimento escolar do aluno.	Formulação de agendas conjuntas entre equipe de saúde e educação para avaliação de problemas identificados atrelados ao desenvolvimento educacional.
PG012 – Memória Histórica, Cultural e Artística	O programa de memória histórica, cultural e artística é responsável através da cláusula 99 por realizar atividades culturais e de lazer junto às escolas nos contraturnos e período de férias.	As atividades de contraturnos, férias e atividades culturais e de lazer das escolas são planejadas e executadas pelo Programa de Reintegração Escolar com a formulação de calendário com as escolas impactadas.
PG034 – Emergências ambientais	O programa de Preparação às Emergências Ambientais realizará o Projeto Escola Segura em 02 escolas de cada município impactado (Mariana, Rio Doce, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado)	Formulação de agendas de trabalho para elaboração de Planos de Trabalho para identificação de riscos dentro das escolas.

Tabela 5: Interfaces com outros programas

6. Escopo

Os projetos definidos para alcançar os objetivos do programa estão listados na tabela abaixo:

TÍTULO
Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)
Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa
Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados

Tabela 6: Relação de projetos e processos do programa

6.1 Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)

Objetivo

Garantir o funcionamento das estruturas temporárias, proporcionando a integração da comunidade escolar.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as determinações da Secretaria Municipal de Educação para a situação temporária das escolas.
- **Premissas:** Participação da Secretaria Municipal de Educação e Comunidade escolar nas definições de ações desenvolvidas pelo programa.

- **Restrições:** Os prazos deste PROGRAMA deverão ser compatíveis com o cronograma do Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e do Programa de Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga. A área de abrangência do programa se restringe às escolas impactadas no município de Mariana.

Escopo do Projeto

Aluguel de imóvel, compra de materiais e equipamentos, transporte de alunos e professores.

Cronograma do Projeto

Projeto/Processo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROJETO DE ESCOLAS IMPACTADAS DE MARIANA (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)	●	●	●	●	●	●	●		
Aluguel do imóvel	●	●	●	●	●	●	●		
Transporte escolar	●	●	●	●	●	●	●		
Obras de melhoria da infraestrutura das escolas	●	●	●	●	●	●	●		
Serviços de manutenção e compra de equipamentos	●	●	●	●	●	●	●		

6.2 Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)

Objetivo

Garantir o funcionamento das estruturas temporárias, proporcionando a integração da comunidade escolar.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** O programa deve estar alinhado com as definições do TTAC e em sintonia com as determinações da Secretaria Municipal de Educação para a situação temporária das escolas.

- **Premissas:** Participação da Secretaria Municipal de Educação e Comunidade escolar nas definições de ações desenvolvidas pelo programa.
- **Restrições:** Os prazos deste PROGRAMA deverão ser compatíveis com o cronograma do Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e do Programa de Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga. A área de abrangência do programa se restringe às escolas impactadas no município de Barra Longa.

Escopo do Projeto

Aluguel de imóvel, compra de materiais e equipamentos.

Cronograma do Projeto

Projeto/Processo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROJETO DE ESCOLAS IMPACTADAS DE BARRA LONGA (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)	●	—	—	—	—	—	●		
Aluguel do imóvel	●	—	—	—	—	—	●		
Obras de melhoria da infraestrutura das escolas	●	—	—	—	—	—	●		
Serviços de manutenção e compra de equipamentos	●	—	—	—	—	—	●		

6.3 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana

Objetivo

Proporcionar apoio psicopedagógico à comunidade escolar impactada diretamente pelo evento.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** O programa deve estar alinhado com as definições da cláusula 93 do TTAC.
- **Premissas:** Redefinição do Projeto de Apoio Psicopedagógico com o objetivo de incluir o apoio psicopedagógico institucional para as comunidades escolares

impactadas de Mariana.

- **Restrições:** atendimentos psicopedagógicos clínicos aos alunos das escolas impactadas que necessitarem. A área de abrangência do programa se restringe às escolas impactadas de Mariana.

Cronograma do Projeto

Projeto/Processo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROJETO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS IMPACTADAS DE MARIANA				●	—	—	—	—	●
Atendimento Psicopedagógico Clínico em Mariana				●	—	●			
Atendimento Psicopedagógico Institucional em Mariana						●	—	—	●

6.4 Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa

Objetivo

Proporcionar apoio psicopedagógico à comunidade escolar impactada diretamente pelo evento.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** O programa deve estar alinhado com as definições da cláusula 93 do TTAC.
- **Premissas:** Redefinição do Projeto de Apoio Psicopedagógico com o objetivo de incluir o apoio psicopedagógico institucional para as comunidades escolares impactadas de Barra Longa.
- **Restrições:** atendimentos psicopedagógicos clínicos aos alunos das escolas impactadas que necessitarem. A área de abrangência do programa se restringe às escolas impactadas de Barra Longa.

Cronograma do Projeto

Projeto/Processo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROJETO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS IMPACTADAS DE BARRA LONGA				●	—	—	—	—	●
Atendimento Psicopedagógico Clínico em Barra Longa				●	—	●			
Atendimento Psicopedagógico Institucional em Barra Longa						●	—	—	●

6.5 Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana

Objetivo

Proporcionar assistência pedagógica às escolas da rede pública de Mariana.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** Seguir as orientações do Plano Nacional de Educação-PNE, que por sua vez é item da LDBEN 1996. O PPP é um instrumento do PNE.
- **Premissas:** Participação da Secretaria Municipal de Educação e Comunidade escolar nas definições de ações desenvolvidas pelo programa.
- **Restrições:** Pertencer à rede pública de educação de Mariana.

Cronograma do Projeto

Projeto/Processo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS IMPACTADAS E ÀS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DE MARIANA				●	—	—	—	—	●
Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas públicas de Mariana				●	—	●			
Implementação do Projeto Político Pedagógico (PPP) nas escolas de Mariana e Curso de Qualificação Docente						●	—	—	●

6.6 Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa

Objetivo

Proporcionar assistência pedagógica às escolas da rede pública de Barra Longa.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** Seguir as orientações do Plano Nacional de Educação-PNE, que por sua vez é item da LDBEN 1996. O PPP é um instrumento do PNE.
- **Premissas:** Participação da Secretaria Municipal de Educação e Comunidade escolar nas definições de ações desenvolvidas pelo programa.
- **Restrições:** Pertencer à rede pública de educação de Barra Longa.

Cronograma do Projeto

Projeto/Processo	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PROJETO DE APOIO PEDAGÓGICO ÀS ESCOLAS IMPACTADAS E ÀS REDES PÚBLICAS DE ENSINO DE BARRA LONGA				●	●	●	●	●	●
Apoio pedagógico e Plano de Trabalho Anual nas escolas públicas de Barra Longa				●	●	●			
Formação e Qualificação Docente em Barra Longa						●	●	●	●

6.7 Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados

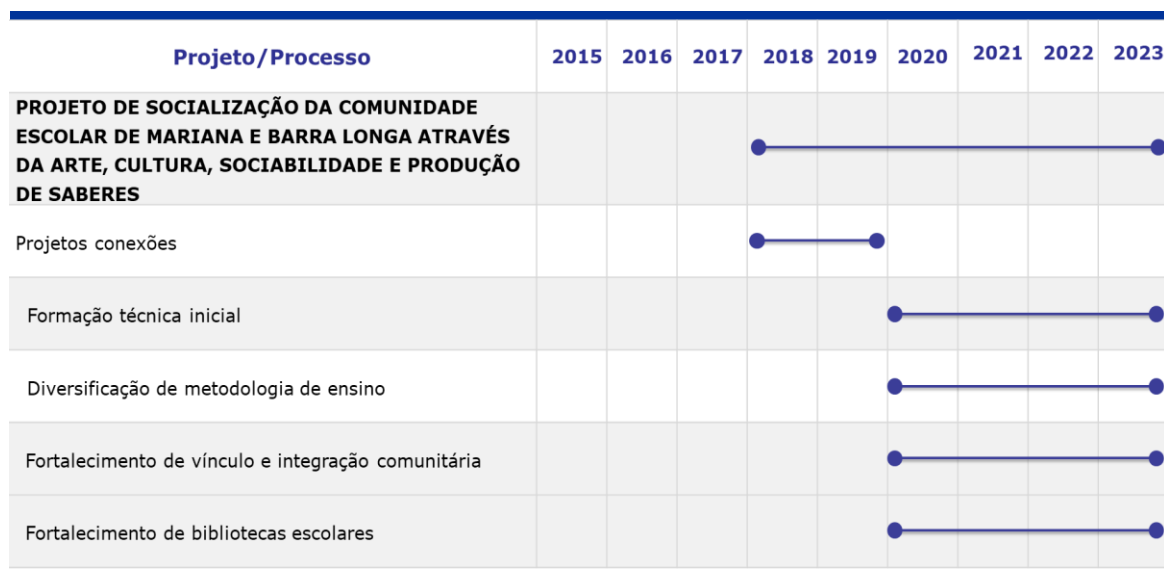
Objetivo

Proporcionar a diversificação das metodologias de ensino-aprendizagem apoiar atividades de socialização, lazer e período de férias e apoiar atividades de iniciação à formação teórica na área de arte e cultura.

Requisitos, Premissas e Restrições

- **Requisitos:** Ações e atividades que envolvem os professores e alunos das escolas atingidas e alunos que cursam o ensino médio nas escolas estaduais nos municípios de Barra Longa e Mariana.

Cronograma do Projeto



6.8 Cronograma dos Projetos

Projetos / Processos	Início	Término
Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)	Nov/2015	Dez/2020
Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)	Nov/2015	Dez/2020
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana	Jun/2018	Dez/2023
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa	Jun/2018	Dez/2023
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana	Out/2018	Dez/2023

Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa	Out/2018	Dez/2023
Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados	Jan/2018	Dez/2023

Tabela 7: Cronograma macro do programa

6.9 Papéis e Responsabilidades

Projeto	Descrição	Responsável
Escolas Temporária de Mariana	Aluguel de imóvel	Fundação Renova
	Compra de material e equipamentos	Fundação Renova
	Transporte de alunos e professores	Fundação Renova
Escolas Temporária de Barra Longa	Aluguel de imóvel	Fundação Renova
	Compra de material e equipamentos	Fundação Renova
Apoio psicopedagógico às escolas impactadas	Atendimento Psicopedagógico Clínico	Fundação Renova
	Apoio Psicopedagógico Institucional	
Apoio Pedagógico às Redes Públicas de Ensino de Barra Longa e Mariana	Elaboração e Implementação PPP/ Qualificação docente	Rede Pública de Ensino / Fundação Renova
Arte, Cultura, Sociabilidade e Produção de Saberes	Conexões/ Fortalecimento das bibliotecas/ Fortalecimento dos vínculos/ Cursos iniciais/ Diversificação metodologias	Fundação Renova
Reintegração das Escolas Municipais de Barra Longa e Mariana	Apoio Psicopedagógico Institucional	Escolas Impactadas / Fundação
	Arte, Cultura, Sociabilidade e Produção de Saberes	Renova
	Apoio Pedagógico	Fundação Renova

Tabela 8: Papéis e Responsabilidades

7. Indicadores e Metas

Para avaliação dos resultados do programa e assegurar que os objetivos foram alcançados devem ser definidos indicadores e metas. Os indicadores para este fim foram classificados da seguinte forma:

- Indicadores de eficiência: Avalia a capacidade do projeto ou processo de realizar algo com o mínimo de desperdício de recursos.
- Indicadores de eficácia: Avalia a capacidade do projeto ou processo de produzir o resultado desejado.
- Indicadores de efetividade: Avalia a eficácia na realização dos resultados esperados do programa ao longo do tempo.

Na tabela seguinte estão os indicadores propostos para o programa.

Indicador	UNIDADE	Medição	Meta
I1 – Atendimento às solicitações/demandas das escolas temporárias	%	Semestral	80%
I2 – Cumprimento das normas de infraestrutura escolar para as escolas temporárias	%	Semestral	70%
I3 – Disponibilidade de vagas para transportar alunos	%	Anual	100%
I4 – Cumprimento das atividades de convivência	%	Anual	100%
I5 – Percentual de implantação do Apoio Pedagógico	%	Anual	90%
I6 – Percentual de implantação do Apoio Psicopedagógico	%	Anual	100%

Tabela 9: Indicadores do programa

Abaixo está o detalhamento dos indicadores com as respectivas fórmulas de cálculo:

I01 – Atendimento às solicitações/demandas das escolas temporárias			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Verificar a eficácia do programa para atender as solicitações/demandas das escolas impactadas no tempo previsto.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	80%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Semestral	08/2020		12/2022
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I01:			
$\frac{\text{Demandas Escolares Atendidas}}{\text{Total de Demandas encaminhadas pelas escolas aderentes ao escopo}} \times 100$			
Numerador			
Definição	Quantidade de solicitações/demandas atendidas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Cada tratativa será formalizada por ofício e encaminhada pela escola		
Denominador			
Definição	Número de solicitações encaminhadas pelas escolas validadas de acordo com os critérios (escopo e prazo) a serem estabelecidos com a Secretaria de Educação.		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Toda solicitação das escolas é feita via ofício (CI). Os ofícios encaminhados pelas escolas estarão disponíveis no SharePoint.		
I02 – Cumprimento das normas de infraestrutura escolar para as escolas temporárias			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Medir se as normas de infraestrutura estão sendo cumpridas nas escolas temporárias		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	70%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	08/2020		12/2021
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I02:			
$\frac{\text{Normas cumpridas}}{\text{Total de normas exigidas}} \times 100$			
Numerador			
Definição	Quantidade de normas cumpridas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Check list preenchido pelo Inspetor Escolar		
Denominador			
Definição	Total de normas exigidas		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Normas da LDB nº9394 (legislações estaduais, etc) relacionadas aos critérios para construções e edificações escolares.		

I03 – Disponibilidade de vagas para transporte dos alunos			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Medir o fornecimento do transporte para viabilizar o comparecimento de todos os alunos às escolas.		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	08/2020		12/2022
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I03:			
$\frac{\text{Número de vagas disponibilizadas}}{\text{Número de alunos que solicitaram transporte}} \times 100$			
Numerador			
Definição	Número de vagas disponibilizadas em Mariana (Barra Longa não possui transporte regular)		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Contrato com o fornecedor		
Denominador			
Definição	Número de alunos (dentro dos critérios estabelecidos) que solicitaram transporte em Mariana (Barra Longa não possui transporte regular)		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Solicitações de transporte		
I04 – Cumprimento das atividades de convivência			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Medir a formalização das quitações de obrigações junto às prefeituras		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	08/2020		12/2023
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I04:			
$\frac{\text{Número de eventos realizados}}{\text{Número de eventos programados}} \times 100$			
Numerador			
Definição	Número de eventos realizados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Relatório de medição do fornecedor		
Denominador			
Definição	Número de eventos programados		
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro	Contrato com o fornecedor		

I05 – Percentual de implantação do Apoio Pedagógico			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Medir a implantação do Apoio Pedagógico nas escolas previstas		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	90%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	08/2020		12/2023
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I06:			
$\left(\frac{\text{Número de escolas que receberam Apoio Pedagógico}}{\text{Número de escolas que demandaram Apoio Pedagógico}} \right)$			
Numerador			
Definição		Número de escolas com Apoio Pedagógico realizado	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro		Relatório de medição do fornecedor	
Denominador			
Definição		Número de escolas contempladas no escopo do programa que demandaram Apoio Pedagógico	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro		Contrato com o fornecedor	

I06 – Percentual de implantação do Apoio Psicopedagógico			
Tipo	Resultados esperados		
Eficácia	Medir a elaboração dos Projetos Político Psicopedagógico nas escolas previstas		
Unidade	Polaridade	Período associado	Valor meta
%	Maior melhor	Cumulativo	100%
Frequência de medição	Data início medição		Data fim medição
Anual	08/2020		12/2021
Fórmula de cálculo			
Fórmula geral do I07:			
$\left(\frac{\text{Número de avaliações psicopedagógicas com devolutiva}}{\text{Número de encaminhamentos para o apoio psicopedagógico}} \right)$			
Numerador			
Definição		Número de avaliações psicopedagógicas com devolutiva	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro		Relatório com as devolutivas	
Denominador			
Definição		Número encaminhamentos para o apoio psicopedagógico	
Fonte e método de medição/coleta do parâmetro		Registro dos encaminhamentos	

8. Orçamento

8.1 Custo do Programa (R\$ milhão)¹

Projetos / Processos	Realizado (2015-2019)	Total Plurianual
Projeto de Escolas Impactadas de Mariana (Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo)	10,1	16,4
Projeto de Escolas Impactadas de Barra Longa (Gustavo Capanema e José de Vasconcelos Lanna)	1,8	2,6
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Mariana	1,8	3,3
Projeto de Apoio Psicopedagógico às Escolas Impactadas de Barra Longa	0,0	1,5
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Mariana	0,0	2,8
Projeto de Apoio Pedagógico às escolas impactadas e às redes públicas de Ensino de Barra Longa	0,0	1,6
Projeto arte, cultura, sociabilidade e produção de saberes para escolas e alunos impactados	1,0	4,0
TOTAL	14,7	32,3

Principais premissas e parâmetros utilizados

Cabe ressaltar que os custos elencados pelo Programa foram baseados em processos semelhantes desenvolvidos no período emergencial e valores praticados em contratações já vigentes pela Fundação Renova bem como valores de aluguéis para imóveis nas cidades alvo das ações de reparação.

- **Transporte de alunos e professores** – valores baseados em contrato similar utilizado pela Samarco com a Empresa Vix Logística. 8 rotas em micro-ônibus, que

¹ O programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar está em revisão orçamentário devido as novas diretrizes e novos prazos do PG08 pactuados. Os valores apresentados são referente ao orçamento base maio/2019



circulam entre os turnos da manhã e tarde, dentro de Mariana, para transporte de aproximadamente 170 alunos de Paracatu e Bento Rodrigues, transporte de 15 alunos de 2º Grau de Paracatu para E.E em Águas Claras durante o ano letivo. Fornecimento de Vale-Transporte para funcionários e professores de Bento Rodrigues.

- **Aluguel Escolas Temporárias** - Valores estimados para imóveis semelhantes nas cidades impactadas e também nos contratos de locação já vigentes em Mariana e Barra Longa. Aluguel para Escola Bento Rodrigues 36 meses, aluguel para Escola de Tempo Integral de Paracatu 36 meses, aluguel para Escola Municipal José Vasconcelos Lanna 24 meses.
- **Segurança das Escolas** - valores baseados em contrato vigente da Samarco com a empresa Quality, para manutenção de um posto de vigilância na E.M. Bento Rodrigues, sob gestão da área de Segurança Patrimonial.
- **Apoio Pedagógico/ Psicopedagógico** - para escolas de Mariana e Barra Longa
– Valores utilizados em contrato corrente com a Fundação Renova – 4800001207.
- **Recuperação das escolas** – Intervenções necessárias aos imóveis que abrigam as estruturas temporárias das escolas de Bento Rodrigues e Paracatu com base em levantamento técnico realizado pela equipe de engenharia da Fundação Renova.
- **Compra de Material Pedagógico** – para reposição de itens perdidos pelas escolas de Mariana e Barra Longa, baseado em lista de material requisitada pelas Secretarias Municipais de Educação.

Outros custos do Programa – Planejamento e execução de atividades de socialização, esporte, lazer, contraturnos, período de férias e outras datas comemorativas do calendário escolar.

9. Critérios de Encerramento

O Programa será encerrado três anos após a entrega das escolas definitivas nos reassentamentos das comunidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira, considerando três anos letivos completos, de acordo com as definições do TTAC e o cumprimento dos indicadores (I2, I3, I4, I5 e I6).

10. Referências Bibliográficas

Lave, J., & Wenger, E. (1991). *Situated learning: legitimate peripheral participation*. Cambridge: Cambridge University Press

MEIRA, Marisa Eugênia Melillo. Incluir para continuar excluindo: a produção da exclusão na educação brasileira à luz da psicologia histórico-cultural. In: FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.;

SAVIANI, Demerval. *Escola e Democracia*. (3a ed). SP: Autores Associados: Cortez, 1992.

SISTO, F. F. (2001 a). Dificuldades de Aprendizagem. In: Sisto, F. F. , et al (org). *Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Psicopedagógico*. Petrópolis: Vozes.

SISTO, F.F. (2001 b). Dificuldades de Aprendizagem em escrita: um instrumento de avaliação. In: Sisto, F.; et al (org.). *Dificuldades de Aprendizagem no Contexto Psicopedagógico*. Petrópolis: Vozes.

TEIXEIRA, B. de B. *Por uma escola democrática: colegiado, currículo e comunidade*. 2000. 334f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

11. Anexos

- Anexo I – Clausulas 89 a 94 e 99 do TTAC
- Anexo II – Nome das escolas atendidas em Barra Longa e Mariana no Projeto de Apoio Pedagógico as Redes Municipais
- Anexo III – Questionário para avaliação do imóvel temporário
- Anexo IV - Questionário para avaliação transporte
- Anexo V – Riscos do Programa (Conforme formulário da área de governança e riscos)

ANEXO I - CLÁUSULAS DO PROGRAMA

SUBSEÇÃO III.1: Programa de Recuperação das Escolas Impactadas e Reintegração da Comunidade Escolar.

CLÁUSULA 89: A FUNDAÇÃO deverá providenciar a reconstrução, observada a SITUAÇÃO ANTERIOR e conforme padrão e parâmetros da política pública, aquisição de mobiliário, equipamentos e materiais necessários às escolas impactadas de Fundão até Candonga, providenciando os meios para reintegração de seus respectivos alunos e profissionais envolvidos às rotinas escolares.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aquisição referida no caput deverá estar alinhada à política pública e aos padrões estabelecidos pelo Ministério da Educação - MEC e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

CLÁUSULA 90: Nos casos de reassentamento, as estruturas escolares serão construídas nas novas comunidades. Observada a SITUAÇÃO ANTERIOR, seguindo normas e padrões do PODER PÚBLICO e necessidade dimensionada nos planos de reassentamento.

CLÁUSULA 91: Enquanto não estiverem disponibilizadas as estruturas definitivas, deverá a FUNDAÇÃO providenciar a oferta de condições de acessibilidade dos alunos às escolas temporárias.

CLÁUSULA 92: Deverão ser previstas ações de capacitação dos profissionais de educação para atuação em situações de emergências, bem como para a prestação dos serviços decorrentes do EVENTO, de Fundão até UHE Risoleta Neves.

CLÁUSULA 93: O PROGRAMA deverá prever, ainda, ações de apoio psicopedagógico para alunos e profissionais das escolas impactadas durante o período de 36 meses contados da assinatura deste Acordo.

PARÁGRAFO ÚNICO: O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, caso esta necessidade seja fundamentadamente justificada 06 (seis) meses antes de encerrado o prazo original.



CLÁUSULA 94: Os prazos deste PROGRAMA deverão ser compatíveis com o cronograma do Programa de reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira e do Programa de Recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga.